

Acórdão nº 9.229/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.279.2013-90-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício de 2012
RESPONSÁVEL: Senhor **Dermival Vilas Boas Staut**
RELATOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico. Irregularidade. Aplicação de multas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** considerar **irregulares** as contas do Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Sr. **Dermival Vilas Boas Staut**, referente ao exercício de 2012, com fundamento no artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades a seguir expostas: **a)** envio incompleto dos documentos (Relatório Circunstanciado, Demonstrativo das Licitações Realizadas, Demonstrativo do Contratos, Convênios e Ajustes Celebrados, Demonstrativo de Obras Contratadas), constantes do Anexo V, da Resolução TCE nº 62/2008; **b)** aquisição de combustível no valor de R\$ 61.724,53 (sessenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos) sem a realização de licitação, infringindo o art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93; **c)** aquisição de material de consumo no valor de R\$ 29.052,67 (vinte e nove mil e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos) sem a realização de licitação, infringindo o art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93; **d)** locação de software de contabilidade no valor de R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais) sem a realização de licitação, infringindo o art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93; **e)** pagamento antecipado de salários/subsídios a vereadores e servidores, infringindo os artigos 62 e 63, inciso III, § 2º, da Lei 4.320/64; **f)** não confirmação do saldo financeiro que se transfere para o exercício seguinte, restando comprovar o valor de R\$ 582,78 (quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos); **g)** pagamento de serviços sem a devida retenção de impostos e contribuições; **h)** falha na contabilização das contas de depreciação acumuladas; **i)** existência de restos a pagar inscritos em 2010; **j)** ausência de inventário de bens moveis e imóveis; **k)** descumprimento do limite de 7% no repasse do Poder Executivo previsto no art. 29-A, § 1º, da CF/88, excedendo em 0,98% do total permitido; **l)** ausência de sistema de controle interno; e **m)** divergências dos valores da Receita Corrente

(Acórdão nº 9.229/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

Líquida e das Despesas de Pessoal quando comparados com o RGF Relativo ao 2º semestre de 2012; **2)** condenar à **devolução** do valor de **R\$ 582,78** (quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos) referente a não confirmação do saldo financeiro, apontado no item “c”; **3)** aplicar **multa** no valor de **10% do valor da ser devolvido**, com fundamento no art. 88, da Lei Complementar 38/93; **4)** aplicar **multa** no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), em virtude da realização de despesas sem licitação, com fundamento legal no artigo 89, incisos II e III, da Lei 38/93; **5)** **enviar ao Ministério Público** para tomar conhecimento e tomar as medidas cabíveis; e **6)** **notificar o atual gestor** para que esclareça a existência de restos a pagar inscritos no exercício de 2010, no valor de R\$ 10.581,77 (dez mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), devendo promover a sua regularização, caso ainda persistam. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Augusto Araújo de Faria.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 09 de julho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador do MPE/TCE/AC